

Trabalho e movimentos sociais: suas influências na emergência de práticas alternativas de geração de trabalho e renda

Labor and social movements: Their influences on the emergence
of alternative practices for generating employment and income

Luiz Felipe Barbosa Lacerda¹
luizpsico@hotmail.com

Marília Veríssimo Veronese²
mariliav@unisinos.br

Resumo. O artigo é fruto de elaborações que se originaram da dissertação *Governar-se para quê? As práticas de gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. Traçamos duas linhas de análise sócio-histórica: a primeira visa ao desenvolvimento da concepção e práticas de trabalho e suas consequências na estrutura da sociedade brasileira; a segunda refere-se aos movimentos sociais, principalmente na sociedade brasileira, a partir da década de 1950. Finalmente, descrevemos como estas duas linhas encontram confluência e, em meados dos anos de 1990, passam a compor uma dinâmica social que instiga a emergência de novas práticas na área da geração do trabalho e renda. Consideramos que o fomento de tais práticas, em tempos de crise econômica mundial, mostra-se pertinente e fundamental. No Brasil, a Economia Solidária surge entre as alternativas como um relevante movimento social que, através de suas práticas, resgata valores como a cooperação, a solidariedade, o atendimento das demandas sociais e a valorização dos trabalhadores.

Palavras-chave: trabalho, movimentos sociais, Economia Solidária.

Abstract. This article results from a dissertation on the self-management practices of solidarity-based economic enterprises submitted to the Graduate Program in Social Sciences of Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brazil. It describes two lines of socio-historical analysis: the first one refers to the development of the views and practices of labor and their consequences on the structure of Brazilian society; the second one discusses the development of social movements, particularly in Brazilian society, from the 1950s onwards. Finally, the article describes how these two lines converge and, in the mid-1990s, give rise to a social dynamics that stimulates the emergence of new practices in the generation of employment and income. It shows that the promotion of such practices in times of global economic crisis is relevant and crucial. In Brazil Solidarity Economy emerges as an alternative social movement that, through its practices, recovers values such as cooperation, solidarity and valuing of workers.

Key words: labor, social movements, solidarity economy.

¹ Universidade Estadual do Amazonas. Av. da Amizade, s/n. Centro, 69640-000, Tabatinga, AM, Brasil.

² Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil.

Introdução

A temática de nossa discussão centra-se na análise da emergência recente das alternativas de geração de trabalho e renda desenvolvidas sob a perspectiva da cooperação e da autogestão, no âmbito das comunidades periféricas urbanas e rurais no Brasil. O desemprego e as formas precarizadas de trabalho ainda castigam os trabalhadores no século XXI, frente à crise financeira internacional, o que torna o tema relevante.

De fato, a recente crise do mercado especulativo foi uma crise dos grandes bancos internacionais, uma crise imobiliária, de crédito, etc. Mas, sobretudo, foi uma crise do emprego, pois, em última análise, os principais artifícios contra suas consequências referem-se, em grande parte, à diminuição do contingente de empregados pelas empresas afetadas, mundo afora.

Desta forma, mostra-se fundamental a busca de alternativas de trabalho e renda para este grande contingente de desempregados ou subempregados que despontam globalmente (Antunes, 2005). Uma das perspectivas que vem se destacando nessa perspectiva, já há alguns anos, hoje pode ser considerada um movimento social, que no Brasil é denominado de Economia Solidária e agrega muitos atores sociais engajados na construção de uma *outra economia* (Cattani *et al.*, 2009).

Contudo, sozinha, crise alguma explica o surgimento da Economia Solidária. As iniciativas comunitárias/associativas de geração de trabalho e renda, que eclodem no início dos anos de 1980 e se multiplicam nos 90, têm como motivos de criação fatores diversos, tais como aspirações de pobreza digna, valorização da comunidade, desejo de propriedade própria dos meios de produção por parte dos trabalhadores, além de apoios externos provenientes de setores progressistas da Igreja Católica, poderes públicos, ONGs e outras entidades. Para que um empreendimento econômico solidário (EES) surja e se consolide, é preciso haver um conjunto de condições, não improvisáveis, envolvendo os atores sociais em um coletivo autogestionário.

Defendemos a hipótese de que a análise que busque compreender o surgimento dos movimentos alternativos de geração de trabalho e renda deve levar em consideração dois aspectos principais: primeiro, o desenvolvimento histórico do conceito de trabalho em nossa sociedade, e, segundo, as transformações sócio-históricas dos movimentos sociais ao longo das últimas décadas.

Estas duas linhas encontram-se e unificam-se em um terceiro momento da análise, onde apresentaremos as derivações para a emergência e consolidação de um novo campo, uma nova dinâmica e um novo movimento social que atualmente se denomina, no Brasil, Economia Solidária (ECOSOL).

Questões acerca do trabalho e suas transformações históricas

O trabalho tem sido tema central para as análises das dinâmicas sociais desde os primórdios da pesquisa social moderna. Já nos escritos dos fundadores das ciências sociais (Marx, Weber e Durkheim), percebemos a abordagem do trabalho como fenômeno que implica certo laço social, analisado de diferentes ângulos: Marx via o trabalho ideal como aquele que possibilitaria a realização da essência humana e a libertação do homem; para ele, o trabalho no contexto capitalista é caracterizado como fonte de alienação e exploração. Weber, por sua vez, entendia a ética protestante como a forma possível de valorizar o trabalho e a acumulação, ingredientes essenciais para o desenvolvimento do capitalismo; contudo, também apontava o trabalho como fonte de encerramento do homem numa sociedade dominada pela burocracia. Durkheim, com uma análise mais estrutural, percebia na divisão social do trabalho os elementos que garantiam a coesão social, sendo que apontava também a desvalorização do trabalho como fenômeno de anomia social (Nardi, 2006).

Sobre a conceituação do trabalho, Méda aponta que

[o] trabalho é uma atividade essencial do homem, graças ao qual ele é colocado em contato com sua exterioridade, a natureza, à qual ele se opõe para criar as coisas humanas, – é com os outros e para os outros que ele realiza sua tarefa. O trabalho é, portanto, aquilo que exprime de forma mais importante nossa humanidade, nossa condição fim, criador de valor, mas também de nossa autocriação como seres sociais. O trabalho é nossa essência e também nossa condição (Méda, 2005, p. 18).

O desenvolvimento do capitalismo industrial, atingindo posteriormente escalas globalizadas, explicita que as aspirações de uma sociedade de pleno emprego, desenvolvimento e autossustentabilidade (instigada pela livre concorrência e não interferência da esfera estatal no mercado financeiro) não se realizavam,

podendo mesmo gerar efeito contrário, produzindo desigualdades sociais, bolsões de pobreza e escassez dos recursos naturais.

O trabalho passa, no final do século XX, a ser questionado em seu caráter inato, permanente e natural dentro do desenvolvimento da humanidade. Surgem as análises críticas a respeito do trabalho como categoria construída socialmente. Como refere Nardi (2006), as sociedades modernas são fundadas no trabalho, mas se analisarmos as origens da sociedade ocidental, datadas no desenvolvimento da civilização grega, perceberemos que o trabalho – enquanto suporte de sobrevivência e inserção social – não foi o fundamento do laço social; eram as atividades éticas e políticas que estavam ligadas às funções dos cidadãos ditos livres. O trabalho enquanto categoria não ocupou lugar de destaque e prestígio nas concepções de sociedade e de ser humano da antiguidade clássica. Nesse período histórico, o trabalho era entendido como a atividade dos que haviam perdido a liberdade. O seu significado confundia-se com a escravidão. A equiparação entre trabalho e sofrimento não é o de simples cansaço; representa, também, uma condição social.

Já na sociedade feudal se estabelecia uma hierarquia em cujo topo se encontravam o clero e o senhor feudal, seguido de seus trabalhadores e servos. A igreja, representante dos valores morais, não valorizava o trabalho; o ofício carregava uma herança bíblica atrelada ao castigo, assim como o lucro que era considerado pecado. Cada grupo social detinha uma função estabelecida e supostamente imutável enquanto “natural”, ou criada por Deus: o clero cumpria a função da salvação da alma dos fiéis, a nobreza deveria proteger a todos durante invasões e guerras, os servos deveriam trabalhar para sustentar a todos. Assim se justificava a exploração do servo, nomeadamente aquele que trabalhava, “inferior” na hierarquia social. Além disso, eram obrigados a pagar diversos tributos aos seus senhores, em produtos ou em serviços: quanto mais produziam, mais pagavam. Porém, estas concepções passaram por transformações históricas impactantes, em dimensões culturais, tecnológicas, políticas e econômicas, e o trabalho, com o tempo, passou a assumir centralidade no contexto social. A revolução industrial é um símbolo da modernidade e sua cosmovisão produtivista.

No século XVIII, com a ascensão da burguesia, o desenvolvimento das forças produtivas,

a evolução da técnica e da ciência moderna, enfatizou-se a condenação moral do ócio, definindo-se o trabalho e a capacidade produtiva como referências ético-morais incontestes (Kurz, 1997).

Um dos marcos do ciclo onde o trabalho cada vez ganhará maior centralidade nas estruturas sociais encontra-se representado na Reforma protestante, onde o lucro deixou de ser punido para ser desejado: acumular e conquistar bens materiais passou a ser considerado uma bênção de Deus. Neste sentido, uma série de pequenos elementos nos desenha os pensamentos da época, como em 1748, quando Benjamin Franklin criou a famosa expressão “tempo é dinheiro”, e em 1776, quando Adam Smith publicou *A riqueza das nações*, identificando o trabalho como principal elemento na produção das riquezas. A citação de Méda exposta acima apresenta a confluência das concepções cristãs, marxistas e humanistas a partir das quais o trabalho se torna a essência do homem (Nardi, 2006).

Com o passar do tempo desenha-se cada vez mais a consolidação de uma sociedade salarial. No século XX, as relações de trabalho assumiram caráter contratual, transformando-se, assim, no chamado emprego. O emprego seria a forma primordial de inclusão na sociedade salarial, pois atrelados a ele passaram a estar os direitos sociais e cívicos, e, a partir dele, desenvolveu-se um complexo universo jurídico para estabelecer as relações de direitos e deveres entre empregados e empregadores, definidores, em larga medida, da posição que os atores ocupavam na sociedade.

Sobre esta transformação histórica a respeito do trabalho e a consolidação de uma sociedade industrial/salarial, Robert Castel (1997), sociólogo francês, desenvolve vasta obra. O autor denomina *A questão social*, referindo-se a uma questão metassocial a partir da qual, frente a uma dificuldade central, a sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura.

Esta ameaça de fratura é representada historicamente pelo movimento dos primeiros proletários, que passaram a assumir lugar marginalizado no contexto social e, assim, ameaçaram a ordem vigente pelas ações revolucionárias organizadas. Esta situação deu-se como consequência direta da transformação do trabalho em emprego.

O trabalho assalariado, até o processo de industrialização, sempre esteve relacionado a concepções pejorativas, atrelado às condições

de miséria, pois, no fundo, quem trabalha é o escravo, quando há escravos, ou o servo, quando há servos, o camponês curvado sobre suas terras, isto é, pessoas de bem não trabalham, pelo menos não com seus próprios braços. O assalariado, antes de tudo, é aquele que não tem nada, não tem propriedade, aquele que tem apenas a força de seus braços para vender. Era esta a conjuntura que se apresentava ao longo do século XVIII e no início do século XIX.

De acordo com Castel (1997), é na segunda metade do século XIX que ocorre um conjunto de conflitos e lutas que convergem para a ideia de que o salário não é mais uma situação provisória e miserável. Com o desenvolvimento da industrialização e da urbanização, o trabalho como emprego se instala e passa a ser um estado permanente e desejável de sobrevivência.

Sobre o desenvolvimento da sociedade salarial, analisando o caso específico da América Latina, Wanderley (2004) aponta que a questão social fundante perpetuada sob formas variáveis nestes últimos 500 anos centra-se nas desigualdades e injustiças que imperam no contexto social dos países latino-americanos. Ela se funde aos conteúdos e formas assimétricos assumidos pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais e religiosas, polarizando o conjunto das sociedades entre os detentores de certos bens e capitais e os marginalizados.

Uma sociedade salarial é sobretudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salário, ou seja, não somente sua renda mas, também, seu status, sua proteção, sua identidade. Poder-se-ia dizer que a sociedade salarial inventou um novo tipo de seguridade ligada ao trabalho, e não somente à propriedade, ao patrimônio. Antes do estabelecimento desta sociedade salarial ser protegido era ter bens; somente quando se era proprietário é que se estava garantido contra os principais perigos da existência social, que são a doença, o acidente, a velhice sem pecúlio (Castel, 1997, p. 243).

Desta forma, o salário se consolidou e se dignificou, possuindo um efeito atrativo em torno do qual a sociedade moderna se organizou. Deu-se o ápice do processo de legitimidade deste novo momento de constituição de uma sociedade salarial quando os próprios proprietários de grandes empresas, representantes da classe burguesa, passaram a colocar seus filhos no mercado assalariado por meio de grandes escolas, cursos, diplo-

mas, etc. Transforma-se, portanto, o salário em algo seguramente rentável, atrelando-o de maneira hierárquica a posições de prestígio e poder social.

Analisando a trajetória desta nova estrutura social, Dedecca e Baltar (1997) indicam que o crescimento do mercado de trabalho assalariado, apesar de substancial, não consolidou a esperada tendência de homogeneização da estrutura operacional, tanto se tratando das formas de trabalho como dos padrões de remuneração. As dificuldades de conseguir uma inserção produtiva mais estável, com melhores condições de trabalho, amparada por um sistema de proteção social, assim como um nível de remuneração mais elevado, continuaram presentes para a maioria da força de trabalho, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Como aponta Wanderley (2004), inicialmente os problemas gerados pela industrialização e a concentração de mão de obra nos centros urbanos foram considerados pelas autoridades como assunto de higiene pública e de controle da ordem social, o que é simbolizado pela célebre frase, atribuída a Washington Luís, de que a questão social é uma questão de polícia. Esta mentalidade trouxe como consequência a criminalização do pobre e do desempregado, posteriormente contribuindo também para a construção da imagem da classe trabalhadora como uma classe perigosa.

Castel (1997) aponta que a sociedade contemporânea vivencia um novo fenômeno que se refere à globalização ou, como prefere denominar o autor, mundialização do mercado, com suas crescentes exigências de concorrência e competitividade. Neste contexto, o senso comum assume a equação que minimiza o preço da força de trabalho e, ao mesmo tempo, maximiza a eficácia produtiva dos grandes complexos empresariais. Assim, desvinculadas de um território específico, as grandes corporações permitem-se migrar pelo globo em busca de maiores incentivos fiscais e menores valores a serem pagos à força de trabalho. Sem compromisso, inclusive ético, destas grandes corporações com os Estados nacionais e a sociedade civil, estes conglomerados empresariais passam instigando concorrência, promovendo utilitarismo arbitrário e irresponsável dos recursos naturais, além de eventualmente causarem o aumento dos índices de desemprego em todo mundo.

Uma das grandes consequências deste processo de mundialização das fronteiras econômicas aparece na degradação do trabalho e na

pauperização de alguns setores produtivos. Sobre esta precarização das formas de trabalho, Castel (1997) aponta o exemplo da França, em que no momento mais abundante da sociedade salarial na Europa, na década de 1970, os contratos de trabalho por tempo indeterminado eram praticamente hegemônicos, um tipo de contrato que gerava a situação de pleno emprego ocasionando, inclusive, estabilidade nas condições de renda. Em contrapartida, atualmente 70% das novas admissões na França se fazem sob formas ditas atípicas, ou seja, contratos de tempo determinado, interinos, tempo parcial, substitutos, provisórios, etc. Este acontecimento sócio-histórico reverte a lógica da estabilidade para uma situação de instabilidade do emprego como regime dominante.

A precarização do trabalho alimenta o desemprego em última análise, colocando as pessoas em condição de vulnerabilidade. Mas este fenômeno não é homogêneo, toca de diferentes maneiras as diferentes categorias sociais – afeta principalmente os trabalhadores e entre eles os menos qualificados, mas isto não quer dizer que não exista o desemprego para os quadros superiores.

Refletindo sobre a condição do trabalhador europeu, francês em particular, Castel (1997) cunhou o termo “os desfiliaados” para se referir à desestabilização dos estáveis, trabalhadores que ocupavam uma posição sólida na divisão clássica de trabalho e que atualmente se encontram cada vez mais ejetados dos circuitos produtivos, tornando-se passíveis de receber auxílios públicos como meio de sobrevivência. Na América Latina, onde os auxílios públicos são limitados ou inexistentes, a situação é ainda pior.

Analisando de maneira conjuntural a sociedade capitalista, percebemos que este universo cada vez maior de desfiliaados desenvolve papel fundamental para a funcionalidade do sistema vigente, pois garante a concorrência e, assim, a fácil substituição (alta volatilidade) da mão de obra, contribuindo também para seu baixo custo e baixa remuneração (Castel, 1997).

Senett (2002) aponta as consequências destas condições de precariedade na construção subjetiva do trabalhador, afirmando que o trabalho na contemporaneidade exerce profunda influência sobre o caráter humano. Nesta medida, o medo do fracasso, a falta de relações de longo prazo e a rapidez na experimentação subjetiva do tempo são elementos que causariam sequelas aos sujeitos através de seus processos subjetivos relacionados ao trabalho.

Ainda refletindo sobre as afetações subjetivas deste processo, TITTONI (1994) destaca a importância da vivência como dimensão subjetiva da experiência. Assim, os significados atribuídos à experiência no trabalho compõem a maneira como o sujeito apreende e expressa seu recorte singular do mundo. Desta forma, viver sob condições precárias de trabalho provoca a tendência à precarização de outras esferas da vida e, em últimas e profundas situações, à precarização da própria autoimagem por parte dos trabalhadores.

Assim, o sujeito desfiliaado é uma das figuras que compõem a nova questão social. Aparecem na cena social como um permanente questionamento frente à desmontagem dos sistemas de proteções e das garantias que no passado foram atreladas ao emprego e que hoje se encontram cada vez mais incoerentes e frágeis. Nesse contexto, assistimos a acalorados debates sobre o “fim do trabalho” e suas consequências. Vimos autores como OFFE (1989) e GORZ (1988) discutirem a tese da perda da centralidade do trabalho, enquanto outros autores reafirmavam o papel dessa categoria como fundadora da sociabilidade humana (Veronese e Esteves, 2009). De qualquer modo, sempre houve diferentes versões sobre o papel do trabalho na constituição do ser humano e da sociedade e nas saídas para o problema da falta de emprego e renda digna, ou o processo de desfiliação e suas consequências.

Para o próprio Robert Castel, uma possível saída para os desfiliaados, sejam eles de classes altas, médias ou baixas, encontra-se na constituição de *coletivos fortes*, protetores, que resgatam as estruturas de suporte e proteção da pessoa, traçando novos horizontes e diluindo suas dificuldades no coletivo, promovendo assim processos de solidariedade coletiva entre iguais. Dentro desta lógica encontramos alguns movimentos de bairro, movimentos sociais mais amplos, inclusive a própria Economia Solidária em sua gênese, os mercados de trocas e a agricultura familiar (Castel, 1997).

Através deste percurso de transformação da questão do trabalho/emprego, chegamos aos dias atuais com uma cena que aponta para a continuidade do desfalecimento do trabalho enquanto elemento de coesão social. Analisando as últimas três décadas dos movimentos econômicos ocorridos dentro da América Latina, Wanderley (2004, p. 54) aponta: “Se nos anos 1970 o crescimento econômico flutuou entre 6% e 8%, a década de 80 foi considerada perdida, a dívida externa atingiu níveis alar-

mantes, a inflação era crescente, parecia incontornável e os países da região (com exceção de Chile, Cuba e Colômbia) tiveram perdas expressivas na renda per capita." Frente a esta situação, houve implementação de políticas neoliberais, como os programas especiais de ajustes econômicos, principalmente no início dos anos 1990, monitorados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional.

Aprofundando-nos no caso específico do Brasil, sustentados pelo texto de discussão número 743 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), editado em 2000, percebemos que a economia brasileira passou por importantes modificações ao longo da década de 90, pois nesse período ocorreram uma forte abertura econômica ao fluxo de capital estrangeiro, a queda da taxa de inflação (comparada com a década anterior) e a redução da presença do Estado na economia. Essas mudanças estruturais resultaram em efeitos importantes sobre o ritmo e a estrutura do crescimento da economia brasileira, afetando significativamente o desenvolvimento do mercado de trabalho.

Uma das primeiras percepções a respeito da abertura do mercado aos investimentos estrangeiros foi a queda do emprego na área industrial. Através de reengenharias, fusões e reestruturações das fábricas nacionais e estrangeiras com filiais no país, formaram-se grandes contingentes de desempregados. Estes contingentes, em um primeiro momento, foram absorvidos pelo mercado de serviços e comércio que se encontrava em expansão; entretanto, a partir de 1997, esse fenômeno não foi mais observado, de modo que a taxa de desemprego passou a aumentar (IPEA, 2000).

Se traçarmos um panorama geral do mercado nacional na década de 90, perceberemos que, entre 1990 e 1992, o país viveu uma forte recessão, com redução do nível de atividade e o aumento do desemprego. A partir de 1993, principalmente em 1994, este processo foi revertido com o crescimento da economia até 1997, mas, com o advento da crise asiática e da crise financeira internacional em meados de 1998, o crescimento econômico foi interrompido (IPEA, 2000).

Outro elemento que acentua as taxas de desemprego de maneira crescente ao longo da década de 90 é a especialização da mão de obra. Os mercados tornaram-se cada vez mais técnicos e específicos, sendo valorizada a especialidade do profissional. Por um lado, este fenômeno apresenta relação com o aumento no índice de escolaridade, mas, ao mesmo tempo,

tornou mais efetivos os processos de concorrência e conseqüente desemprego e marginalização dos desqualificados (IPEA, 2000).

O Gráfico 1 exprime o aumento dos índices de desemprego na década de 90, no Brasil, comparados com São Paulo que, pelo que percebemos, acompanha as mesmas tendências nacionais.

O processo de especialização do mercado de trabalho, somado à insuficiência dos demais setores em absorver os desfiliaados do setor industrial, colocou à margem dos setores econômicos modernos uma ampla parcela da população economicamente ativa. A não incorporação deste segmento populacional aos novos setores econômicos acarretou um grande contingente de excluídos dos processos de produção e de consumo, assim como a acentuação dos desníveis sociais (Dedecca e Baltar, 1997).

Maria da Glória Gohn (2000) aponta que se criou um sistema produtivo mundial, fragmentado, altamente competitivo, baseado na qualidade, nos preços dos produtos e, ao mesmo tempo, gerador de mais miséria. Os desempregados, sem salário, acentuam proporcionalmente as estatísticas da fome, perdem os benefícios sociais e assim contribuem para o crescimento dos mercados informais precarizados (porque nem toda a informalidade é precarizada) e dos subempregos.

Neste contexto, Dedecca e Baltar apontam:

O setor informal aparecia como parte subordinada deste desdobramento da estrutura produtiva capitalista moderna e oligopolizada, que, ao não absorver toda força de trabalho disponível, ao mesmo tempo em que gerava um intenso aumento da renda, com uma distribuição extremamente concentrada, alimentava o surgimento de pequenos negócios e formas precárias de relações de trabalho. Nesta reformulação, o setor informal passa a ser denominado não-organizado, em comparação com o setor formal organizado. A diferenciação era basicamente ditada pela lógica do lucro e da acumulação de capital do setor organizado, que, ao comandar a dinâmica do conjunto da economia, regulava também os espaços ocupados pelas atividades não-organizadas da maneira capitalista (Dedecca e Baltar, 1997, p. 71).

Com o tempo, o campo informal de trabalho ganha espaço na sociedade brasileira a ponto de tornar-se a principal alternativa de ocupação para trabalhadores assalariados expulsos do segmento formal. O setor informal, com o tempo, começa a traçar um outro circuito em espaços produtivos que geralmente não eram passíveis de exploração pela grande empresa

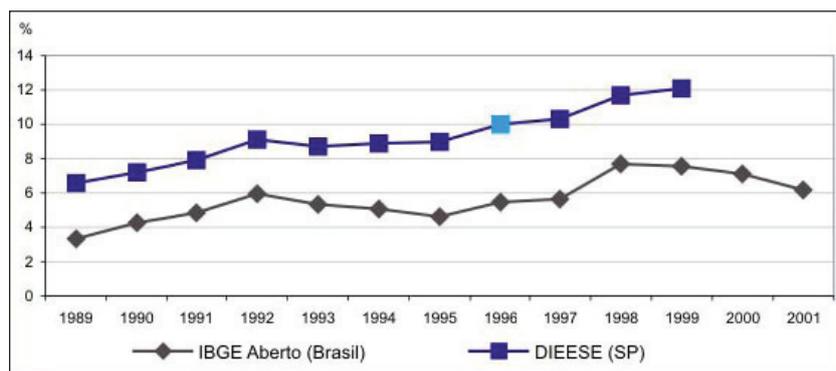


Gráfico 1. Índices de desemprego, Brasil, 1989-2001.
Graph 1. Unemployment indexes, Brazil, 1989-2001.
 Fonte: IBGE e DIEESE.

capitalista. As atividades informais pouco se articulavam com os segmentos modernos, e nelas, por vezes, valorizavam-se princípios diferentes daqueles atrelados à lógica da competitividade e da maximização do lucro.

Gohn (2000) aponta que, neste momento histórico, o setor informal não é mais visto como uma manifestação da pobreza urbana e um atraso econômico; é, sim, considerado uma fonte de riqueza, um grande campo potencial inexplorado de riquezas e renda, mesmo sendo a pauperização de grande parte da população uma das principais causas de seu crescimento.

Dedecca e Baltar (1997), em contraponto às observações positivas a respeito do mercado informal propostas por Gohn (2000), apontam que a reforma do sistema nacional nas relações de emprego é uma solução, mas deve ser orientada no sentido de contrapor-se, em vez de se adaptar, às tendências da crescente informalidade. De acordo com Dedecca e Baltar (1997), o setor informal não tem imaginação criadora, não detém capacidade de criação própria e é totalmente determinado pelo setor formal.

Pelo que percebemos no campo prático, a partir do empírico, podemos eventualmente discordar de tais autores, pelo menos no que diz a respeito às supostas incapacidades do setor informal, assim como da necessidade urgente de regulamentá-lo de modo a (re)adeiri-lo ao setor formal. Como evidencia Santos (2006), o processo de regulação, desenvolvido através da primazia da lógica hegemônica sobre as demais lógicas possíveis no espaço social, tende a eliminar os processos de diver-

sificação, sobrepor-se às peculiaridades das demandas específicas e, assim, homogeneizar os agentes envolvidos.

Ao contrário do proposto por Dedecca e Baltar (1997), acreditamos que as diversas formas emergentes de organização do trabalho ao longo do processo histórico devem ser respeitadas e garantidas em suas peculiaridades dentro do contexto social. Reafirmamos isto justamente por serem práticas que possibilitam a ressignificação da esfera do trabalho, inclusive eventualmente primando por outros princípios que não os da competitividade e da maximização do lucro. Sendo assim, adequá-los ao mercado formal significaria submetê-los aos mesmos princípios e lógicas que em outro momento promoveram sua marginalização, além de atestarmos que este modelo, que se apresenta de forma hegemônica na contemporaneidade, seria o único ou, talvez, o mais correto modo de estruturação da esfera laboral em nossa sociedade.

Dentre estas práticas emergentes que se impulsionaram a partir da cristalização do mercado informal, encontra-se a Economia Solidária, que vem ganhando força e dinamismo no contexto social. Sob essa denominação, tais práticas tornam-se mais visíveis – embora já existissem antes – no contexto socioeconômico da década de 1990, primando por valores outrora excluídos da lógica vigente, como as práticas de cooperação, integração comunitária, valorização das culturas locais, autogestão dos trabalhadores e o associativismo. É claro que as práticas associativas e cooperativas no âmbito do trabalho têm uma raiz histórica bem anterior, nome-

adamente na primeira onda de cooperativismo na Inglaterra, nos anos de 1840.

Até aqui, analisamos como o desenrolar das questões históricas ligadas ao trabalho e ao emprego influenciaram a construção destas outras possíveis formas de pensar a economia e as relações laborais. Neste momento buscamos efetivar o outro recorte de contextualização histórica dos fatores propulsores na constituição dessa nova economia. Este segundo recorte refere-se à influência dos movimentos sociais que, de forma concomitante às transformações do trabalho, desenham o contexto de surgimento destas práticas laborais embasadas na cooperação, na autogestão e no associativismo.

Questões acerca dos novos movimentos sociais e suas transformações históricas

Os Novos Movimentos Sociais (NMS) surgiram no cenário sociopolítico da Europa a partir dos anos 1960, passando a influenciar os estudos dos movimentos sociais no Brasil com maior ênfase a partir dos anos 70. Suas principais características apresentavam-se no sentido de se opor à lógica racional e à estratégia dos dispositivos instrumentais. Assim, algumas de suas principais contribuições são as criações de esquemas e categorias analíticas que atribuem centralidade aos conceitos de cultura, identidade, solidariedade, subjetividade, micropolítica, etc. (Gohn, 2000).

A expressão “novos movimentos sociais” foi cunhada pelo sociólogo francês Alan Touraine em 1978, como forma de denominar a emergência de novos sujeitos na história. Touraine (1984, p. 104) afirma que “o movimento social é a ação, ao mesmo tempo culturalmente orientada e socialmente conflitual, de uma classe social definida pela sua posição de dominação”. Na vasta obra de Touraine existe certa complementaridade entre a concepção de classe e de movimento social, porém, não representam a mesma coisa. A classe, segundo o autor, pode ser definida como uma situação, enquanto o movimento social é a ação de um ou mais sujeitos ou atores.

Uma concepção clássica sobre os movimentos sociais, embasada na dinâmica social dos anos 1970, define-os como todos aqueles movimentos de coletividade que buscam emancipar-se ou transformar as estruturas vigentes. Os movimentos sociais não objetivam integrar-se na

sociedade; os movimentos que possuem este objetivo não passam de adaptativos; o verdadeiro movimento social busca manter a distância que separa o sujeito da máquina social e seus mecanismos de autocontrole. Neste sentido podemos lembrar as grandes greves francesas de 1913, 1936, 1948, o Maio de 68, os movimentos civis contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos, a luta de Salvador Allende no Chile, os zapatistas mexicanos, enfim, “estes movimentos que fazem tremer por um instante uma terra que parecia tão bem ocupada e controlada pelas forças da ordem” (Touraine, 2006, p. 141).

Pereira (2001) realiza um profundo resgate da história brasileira e sua ligação com as transformações dos movimentos sociais. Ele cita que os últimos cinco anos da década de 1950 e os primeiros anos da década de 1960 representam um período de acontecimentos de profundo impacto nas instituições sociais brasileiras. Neste período, datado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), ocorre uma acelerada transposição, para o Brasil, de capitais e indústrias estrangeiras, ocasionando a criação de grandes parques industriais no entorno dos centros urbanos. Os “50 anos em 5”, propaganda oficial do governo JK, conduziram à construção de grandes estradas, à criação de Brasília, a grandes projetos hidrelétricos e a outros fatos que sacudiram intensamente a estrutura brasileira no mundo rural e urbano. Estes episódios aceleraram ainda mais uma desordenada modernização do país e de seu processo de industrialização, gerando alguns efeitos traumáticos como a alta da inflação e o aumento da dívida externa.

No início dos anos de 1960, Jânio Quadros tomou posse e, em menos de sete meses, renunciou. Naquela circunstância, a América Latina vivia um momento convulsionado pela Revolução Cubana (1959) e pelos movimentos sociais contrários ao imperialismo norte-americano. As ideias revolucionárias espalhavam-se pelo Brasil e encontravam no camponês, no operário e nos moradores das periferias urbanas (favelas e vilarejos), assim como na juventude estudantil, um relativo acolhimento. Foi um período de intensas movimentações de classe que resultaram na constituição de diversos movimentos sociais (Pereira, 2001).

João Goulart toma posse após a renúncia de Jânio Quadros, e, entre as pressões internacionais e as oligarquias nacionais, por um lado, e a intensa movimentação dos setores

populares, por outro, os anos 1960 iniciam-se evidenciando que o modelo institucional dos tempos pretéritos estava esgotado e que as instituições sociais apresentavam claros sinais de crise e de fragilidade (Pereira, 2001).

Com o crescimento destas mobilizações populares nos grandes centros urbanos, criam-se as primeiras Sociedades de Amigos de Bairros, ou as Associações de Moradores, com o objetivo de organizar a população visando a melhorias na qualidade de vida junto aos órgãos públicos. Com isto, muitos movimentos centrados na esfera da necessidade (terra, casa, comida, etc.) chegaram a transcender os objetivos centralizados nos bairros, nas vilas e favelas e adquiriram expressivas conotações políticas. Em última análise, estes movimentos impulsionaram a criação de estruturas de participação política nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Assim, de acordo com Pereira (2001), podemos apontar algumas características comuns dos movimentos sociais na década de 1960: o confronto entre o paradigma que embasava as relações entre sociedade e Estado na Velha República (focados no clientelismo e no populismo) e a postura reivindicatória dos novos movimentos sociais urbanos que buscavam a radicalização da ética e da democracia. Além disso, há uma desvinculação dos NMS em relação às políticas instituintes e aos protocolos estipulados pelos antigos movimentos, pois mostravam, a partir de sua natureza policlasista, uma capacidade de criar e experimentar formas diferentes de relações sociais cotidianas, principalmente através de laços de solidariedade. Por fim, imperava, na maioria dos movimentos sociais, uma postura de conflito em relação ao Estado: mesmo conquistando espaços democráticos de participação, o objetivo dos NMS apresentava-se claramente na busca pela transformação de uma ordem vigente maior. Neste caso, explicita-se forte atuação do movimento operário, dos movimentos estudantis representados pela União dos Estudantes (UNE), dos movimentos de base da Igreja Católica, representados pela Juventude Universitária Católica (JUC), além das Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro, entre outros.

Em 31 de março de 1964 entrou em vigor a ditadura militar. O golpe de Estado foi recebido com simpatia por algumas instituições sociais, como a parte conservadora da Igreja Católica, parte do empresariado nacional e parte das organizações familiares da média e

alta burguesia. Estas classes sociais padeceram sobre o temor da criação de um Estado comunista ao longo do governo de João Goulart.

Em nível local, as organizações sociais são proibidas, os líderes dos movimentos de ocupação de áreas para moradia nos centros urbanos são presos e os políticos apoiadores dos favelados são cassados, as Associações de Defesa Coletiva são extintas, e através de violentas ameaças de prisões e torturas, as formas organizativas das comunidades são reprimidas. Em nível nacional, inaugura-se um longo período de governo autoritário das Forças Armadas, articulando com o capital nacional e internacional, que se caracterizou, no plano político, pela atrofia e neutralização do Congresso e fortalecimento do Executivo. A ditadura militar caracterizou-se pela centralização tecno-burocrática inaugurando uma nova relação entre sociedade e Estado: todos os pilares instituintes são destruídos. O fechamento do Congresso Nacional interrompe os canais políticos de participação popular. Posteriormente criam-se dois partidos – ARENA e MDB, para dar legitimidade de fachada às ações ditatoriais (Pereira, 2001, p. 115).

Assim, o período entre 1964 e 74 representa uma fase de grande recessão/repressão dos movimentos sociais na sociedade brasileira, ocasionada pela ditadura militar. Os movimentos sociais ficaram impedidos de exercer suas reivindicações, e a população não encontrava espaços de participação na constituição de uma esfera pública coletiva.

Após 1973, quando o modelo brasileiro de milagre econômico se esgotou, um setor da igreja católica se transformou radicalmente, pois, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os agentes pastorais e os militantes da nova esquerda passaram a desenvolver um trabalho que se tornou a única forma de participação popular possível. Através da abertura de espaços de participação aos agentes dentro de suas próprias comunidades, abriram-se canais de envolvimento nos movimentos reivindicatórios urbanos. Surgia, então, a gênese dos novos movimentos sociais no Brasil, com expressiva e importante participação do veio progressista da Igreja Católica, cujo trabalho era então embasado na Teologia da Libertação.

Neste contexto, vários movimentos sociais de âmbito nacional entraram em cena: os movimentos pela redemocratização do país, os movimentos de estudantes e docentes, as feministas, as lutas pela anistia, as reivindicações por saúde e educação pública, as comissões de pastoral da terra, urbana, dos meios popula-

res, escolares, etc. Em 1978 e 1979, ocorreram as grandes greves articuladas pelas centrais e comitês dos trabalhadores das indústrias do ABC em São Paulo; quase todos os segmentos sociais organizados aderiram às greves, como a Ordem dos Advogados, os estudantes, jornalistas, artistas, gerando assim um novo movimento operário com fôlego e representação política no cenário nacional que culminou, em fevereiro de 1980, no nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e, em 1983, na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Esses movimentos se caracterizaram por um repertório comum de linguagem, criando dispositivos próprios de certa pedagogia popular dando origem a um grande ciclo reivindicativo, movidos por metáforas, ideais imaginários e simbólicos – “povo como sujeito de sua própria história” – e gradativamente se constituindo como base de extensas redes sociais (Doimo, 1986, p. 32).

Esta época se caracteriza também pela emergência expressiva do chamado Terceiro Setor, abrangendo variadas formas de organização civil que constituem uma esfera pública não estatal e que se tornam cada vez mais importantes, na medida em que se evidencia a ineficiência dos órgãos de controle e representação previstos pela constituição e os órgãos de ação social pertencentes ao Estado. Muitas ONGs desempenharam papel fundamental na constituição e manutenção de espaços e fomento de articulações dos Novos Movimentos Sociais, por vezes intermediando uma desgastada relação entre estes e a esfera estatal. Assim, nos anos 1980, os Novos Movimentos Sociais encontravam-se centrados em valores baseados mais na solidariedade humana e menos alicerçados em projetos políticos partidários como ao longo dos anos 1970 (Gohn, 2000).

Chegamos, portanto, ao início dos anos 1990 com duas novidades marcantes no cenário das ações coletivas: primeiramente, o fortalecimento das redes e estruturas nacionais de movimentos sociais, coordenadas por ONGs, como a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG), a Central dos Movimentos Populares (CMP) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em segundo lugar, o surgimento e o desenvolvimento de movimentos e organizações internacionais como o Greenpeace, a Rainforest, a Anistia Internacional, etc. (Pereira, 2001).

De acordo com Gohn (2000), este contexto redefine, nos anos 1990, os movimentos sociais

em duas direções: o deslocamento das reivindicações (antes atreladas às questões de infraestrutura básica e ao consumo coletivo, como transportes, saúde, educação, moradia, etc.) para reivindicações relativas à sobrevivência física dos indivíduos em busca da minimização da fome, do frio, do desemprego, etc. (como as Campanhas da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, Campanha do Agasalho, etc.). A segunda redefinição surge diante da indignação frente à falta de ética na esfera política e à agressão a certos valores consensuais da sociedade, referentes à gestão pública.

Assim, se os anos 1970 se caracterizaram por uma relação extremamente conflituosa entre a sociedade civil (os movimentos sociais) e o Estado, e nos anos 80 abriram-se algumas portas para o diálogo, os anos 90 impulsionaram, via indignação, a criação de ações paralelas por parte de tais movimentos, o que acarretou a constituição de uma nova esfera pública não estatal, subsidiada pelos NMS e as ONGs nacionais e internacionais que buscam independência e agilidade frente à estrutura estatal.

A capacidade de intervir e construir uma esfera pública não estatal mais ativa foi um dos grandes avanços qualitativos desta época. Agregou-se aos movimentos sociais uma postura mais proativa, buscando ações solidárias coletivas dentro das comunidades, nas quais as demandas eram enfrentadas de maneira conjunta pelo agregado de sujeitos. Este movimento já era emergente após as eleições de Tancredo Neves (primeiro presidente civil desde o início da ditadura militar, falecido antes de começar a governar e substituído pelo vice José Sarney em 1985), porém com objetivo último de integrá-los nas ações estatais, a chamada fase de institucionalização dos movimentos sociais. Na virada da década, contrapondo-se a este movimento de institucionalização, os movimentos sociais, aliando-se às instituições não governamentais, ganham mais autonomia. Um dos grandes acontecimentos protagonizadores destas transformações encontra-se representado pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988 (Pereira, 2001). A promulgação da nova Constituição trazia em seu bojo a perspectiva da garantia de direitos, todo um ideário social-democrata, que é na verdade parcialmente implementado, pois a década seguinte foi de orientação visivelmente neoliberal.

Como cita Gohn (2000, p. 336), “as mudanças advindas com a globalização da economia e a institucionalização/desinstitucionalização

dos processos gerados no período da redemocratização levaram a um novo ciclo de movimentos e lutas, menos centradas nas questões dos direitos e mais nos mecanismos de exclusão social". Sendo assim, a tendência predominante nos anos 90, na análise dos movimentos sociais, tem sido unir abordagens macrosociais às teorias que priorizam os aspectos micro da vida cotidiana. Nesta nova era, argumenta-se que se necessita de uma teoria que busque a síntese e não insista na polêmica.

Assim, instala-se um novo paradigma que abrange, entre outros, os NMS, afirmando que existem questões que não podem ser codificadas pelos códigos existentes no universo da ação social, segundo a teoria liberal, que distingue entre ações públicas e privadas. Este espaço de ação pública não governamental ocupado pelos NMS não se encontra previsto na doutrina nem na prática da democracia liberal, nem no Estado de Bem-estar Social. Legitimam-se, desta maneira, formas horizontalizadas, participativas e cooperativas de gestão dos movimentos sociais (Gohn, 2000).

É sobre este contexto, aliado às questões referentes às transformações históricas do trabalho, que se apresentam os elementos necessários para fazer emergir outras formas de organização social e, mais especificamente, outras formas de *organização do trabalho, do consumo e da produção*.

É, pois, nessa confluência das reelaborações organizativas e práticas dos movimentos sociais com as transformações questões conceituais a respeito do trabalho e sua afetação social, que, na década de 1990, constituem-se elementos propícios para que o mais forte movimento alternativo de geração de trabalho e renda já visto em nosso país ganhe espaço e volume, sob o nome de *Economia Solidária*.

Até o momento realizamos uma análise sócio-histórica destes dois vetores (processo representado na imagem a seguir); chegamos, portanto, nos anos de emergência social do Movimento da Economia Solidária. Daqui para a frente, concluímos contextualizando um pouco o leitor de como este dinâmico movimento social se apresenta nos dias de hoje à luz de sua própria história.

A Economia Solidária

Como vimos, a temática do trabalho é central nas análises que buscam compreender o processo de desigualdade social em nosso país. As práticas laborais que se transformam

ao longo das décadas, variando em cada país, em cada continente, recebendo influências econômicas, políticas e culturais diversas e mesmo passando por profundas transformações, não deixam de mostrar-se fundamentais na compreensão do ser humano e das sociedades (Nardi, 2006). Defendemos, portanto, a centralidade da categoria trabalho na compreensão e transformação das sociedades, mas uma centralidade não única, não exclusiva, articulada com outros elementos e movimentos igualmente importantes.

Implicada na tentativa de reverter o quadro social de desigualdade e injustiça, herdando alguns conceitos e práticas do Cooperativismo, a Economia Solidária, no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, ganha força e propulsão como prática alternativa de organização laboral e social que tem como potencial instigar outras formas de relação entre trabalho e trabalhador, assim como formas alternativas de organização comunitária, promoção do desenvolvimento sustentável e reinserção social pela esfera do trabalho e da renda.

Gaiger (2003) nos auxilia na compreensão destas formas alternativas de organização social e laboral ao definir que

[o]s empreendimentos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência (Gaiger, 2003, p. 135).

A Economia Solidária vem adquirindo tamanha amplitude e colocando-se de forma tão central na discussão de formas alternativas de estruturação dos processos produtivos que, recentemente, o Governo Federal desenvolveu o Termo de Referência em Economia Solidária, criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Este termo aponta a relevância dos empreendimentos solidários ao mencionar: "Embora sendo um fenômeno recente no país, a Economia Solidária tem se constituído em um processo de organização social e econômica dos (as) trabalhadores (as) na geração de trabalho, renda e inclusão social, bem como desenvolvimento local, por meio de articulação de redes de cooperação" (SENAES, 2008, p. 6).

A Economia Solidária se define como um campo de saberes e práticas que gira calcado



Figura 1. Confluência de elementos na gênese da ECOSOL.
Figure 1. Confluence of factors in the genesis of ECOSOL.

na ideia de solidariedade em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o desenvolvimento econômico padrão das sociedades capitalistas. O conceito se refere à organização de produtores, consumidores, poupadores, cidadãos articulados que se distinguem por duas especificidades: estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (Gaiger, 2003). Neste ponto tornam-se evidentes as influências herdadas das transformações protagonizadas pelos NMS, referidas na sessão anterior.

Historicamente, a Economia Solidária, apesar de possuir seu processo de expansão ao longo da década de 1990, impulsionado pelo aumento do desemprego, do setor informal e de uma conjuntura específica na trajetória dos

movimentos sociais, tem origens mais antigas, datadas nos movimentos cooperativistas operários surgidos das lutas de resistência contra a revolução industrial, ao longo do século XIX e XX (Singer, 2002).

Como refere Singer (2002, p. 24), nesta época “a exploração nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar.”

Frente a estas circunstâncias, iniciou-se a luta pela implementação de uma série de direitos ligados ao trabalho, tanto por parte dos trabalhadores que começam a criar seus próprios movimentos, como de alguns proprietários preocupados em humanizar o tra-

balho. O britânico Robert Owen (1771-1859), dono de um grande complexo têxtil em New Lanark, possivelmente foi o mais importante iniciador do que hoje constitui o movimento cooperativo. Diferentemente de seus contemporâneos Charles Fourier (1772-1827) e Saint Simon (1760-1825), que escreviam obras e sobre elas desenvolviam escolas e pensamentos, Owen sempre optou por testar suas preposições na prática do campo social, primeiro em sua grande indústria têxtil, depois na colônia cooperativa de New Harmony, nos Estados Unidos, e posteriormente na militância do movimento sindical (Gaiger, 2003).

Quase cem anos depois do falecimento de Owen, com algumas experiências consolidadas e outras fracassadas, em 1956 um padre chamado José Maria Arizmendiarrreta fundou a primeira cooperativa de produção, que se tornaria a gênese do grande complexo cooperativo de Mondragon, na Espanha. Cabe lembrar, como vimos em Castel (1997), que esta época, em contrapartida aos avanços das experiências cooperativas, representa a fase onde o trabalho assalariado passa por uma profunda ressignificação em nossa sociedade, saindo de uma posição pejorativa para uma posição de estima e seguridade social.

Como refere Gaiger (2003), o complexo de Mondragon, apesar de já reunir cerca de 100 cooperativas, atualmente continua a crescer e é um exemplo vital para o novo movimento que procura, nos princípios da autogestão e da cooperação, uma alternativa factível ao capitalismo e não só ao desemprego e à marginalização.

Contudo, é necessária certa ressalva: como Pinto (2006) argumenta, apesar das afinidades organizativas entre os empreendimentos associados e as cooperativas criadas no século XIX, não se pretende atribuir à Economia Solidária uma existência *avant la lettre* que já estaria dada na tradição cooperativista.

No Brasil, as primeiras experiências de cooperativismo estão datadas no século XIX, onde, em 1847, o imigrante médico francês Jean Faivre fundou uma colônia no Paraná, chamada Tereza Cristina, baseada no modelo do falanstério. Outras cooperativas apareceram na mesma época em Santa Catarina, todas baseadas nas ideias reformadoras de Fourier. Em 1891, o nascimento da Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira-SP; em 1895, da Cooperativa de Consumo de Camaragibe-PE, e, em 1898, da Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos de Ouro Preto-MG (Metello, 2007).

Para Singer (2002), o cooperativismo chegou ao Brasil trazido pelos imigrantes europeus no início do século XX. Formou-se principalmente através das cooperativas de consumo nas cidades e cooperativas agrícolas no campo. Nas décadas mais recentes, as grandes redes de hipermercados conquistaram os mercados e provocaram o fechamento da maioria das cooperativas de consumo. As cooperativas agrícolas se expandiram e tornaram-se, em muitos casos, grandes complexos agroindustriais e comerciais. Mas nenhuma destas cooperativas era guiada exclusivamente pela lógica autogestionária, o que provoca dúvidas em considerá-las pioneiras da Economia Solidária.

As colocações de Metello (2007) vão ao encontro de nossas percepções ao apontar que, no século XX, a partir da década de 1990, nota-se um aumento significativo de cooperativas no meio urbano, muitas delas dentro do movimento da Economia Solidária. Este crescimento foi alavancado pelo crescente número de desempregados nas grandes cidades, o nascimento das ONGs, a reconfiguração dos Movimentos Sociais e o crescimento do mercado informal.

Como refere Singer (2002), esta década já iniciou com fortes movimentos em busca da consolidação de um campo e um movimento social que pensasse e vivenciasse de maneira permanente o trabalho da geração de renda, cidadania e inclusão social. Em 1991, com a falência da empresa calçadista Makerli, de Franca (SP), foi criada a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), à qual se encontram filiadas hoje mais de uma centena de cooperativas. Assim também iniciaram as atividades da UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo, que posteriormente atingiu abrangência nacional.

Outro movimento de impulsão da Economia Solidária foi por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), através do assentamento de centenas de milhares de famílias em terras improdutivas com a implementação de uma agricultura organizada em forma de cooperativas autogestionárias, criando o SCA – Sistema de Cooperativas Assentadas.

De acordo com Veronese (2004), na segunda metade da década de 1990 surgiram trabalhos de pesquisa no campo acadêmico que apontavam o potencial de expansão das redes de cooperação solidária, integrando organizações no campo político, econômico e cultural. Nesta época,

nascem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), que são organizações universitárias e multidisciplinares que, através da aproximação entre os conhecimentos produzidos academicamente e a realidade social, buscam fomentar empreendimentos econômicos solidários (EES) em estágio inicial.

Como refere Veronese (2004), em junho de 2000 ocorreu o lançamento da Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária, que realizou em Mendes (cidade no estado do Rio de Janeiro) o encontro entre empreendimentos e apoiadores que gerou a Carta de Mendes:

Nós fazemos parte de organizações e iniciativas de Sócio-Economia Solidária. Somos mulheres e homens de várias idades e etnias, profissionais de vários campos, que trabalham no meio rural e urbano, em cooperativas e associações autogestivas, em sindicatos, instituições de desenvolvimento, educação, meio ambiente e assessoria, representantes de governos democráticos e populares e convidadas de outros países da América Latina e Europa. Procedemos do Amazonas, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rondônia, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Participamos também de redes solidárias que atuam articuladamente para transformar e humanizar as relações sociais na esfera local, nacional e global. Em resposta às propostas do Encontro Latino de Cultura e Sócio-Economia Solidária, realizado em Porto Alegre, em 1998, buscamos criar e gerenciar redes de produção solidária, de comércio justo, de crédito, de consumo ético, de trocas e informática solidária. Fizemos um diagnóstico dos empreendimentos cooperativos e solidários nas diferentes regiões do Brasil aqui representadas e traçamos diretrizes de ação estratégica buscando a construção e o fortalecimento destas redes, assim como uma ação mais efetiva de pressão por políticas públicas a serviço do empoderamento da sociedade e de um desenvolvimento sócio-econômico aut centrado e soberano. Além do trabalho de reflexão e aprofundamento dos conceitos, fizemos um intercâmbio de nossas motivações, experiências e produções que mobilizaram nossa intuição, emoção e espiritualidade, bem como facilitaram nossa disponibilidade para ouvir uns aos outros, aprender uns com os outros e consolidar nossa confiança mútua e nosso sentido de irmandade e solidariedade (Veronese, 2004, p. 122).

A partir deste encontro, que por muitos é considerado um marco na consolidação da Economia Solidária, impulsionado pelas edições do Fórum Social Mundial (FSM) que vieram nos anos seguintes, o movimento cresceu em força, articulação e representatividade. Na edição de 2003 do FSM foi oficialmente criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, composto principalmente pelos empreendimentos, mas também pelas entidades de apoio e os gestores públicos. Posteriormente, no mesmo ano, um dos mais importantes momentos da Economia Solidária acontece com a criação da SENAES – Secretaria Nacional da Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego em Brasília.

Assim, concretiza-se um campo de ação social ligada à geração do trabalho e renda que se organiza, como refere Metello (2007, p. 19), “como modelo de produção democrático, onde as trocas não são meramente econômicas, mas também vinculadas ao contexto local das relações sociais. A cooperação e a solidariedade estão presentes nas relações estabelecidas entre seus participantes que têm foco no trabalho e não na maximização do lucro.”

Atualmente, a Economia Solidária abrange um dinâmico e complexo campo social, incorporando diversos agentes públicos e civis, variados segmentos produtivos, e se espalha por praticamente todo o território nacional, mas, acima de tudo, surge, em tempos de crise econômica e social, como uma alternativa possível e concreta de produção de trabalho e geração de renda resgatando valores necessários (mesmo que eventualmente descurados), como a responsabilidade social e ambiental, a valorização do trabalhador, a autogestão e a cooperação.

Devido ao seu caráter contra-hegemônico, o campo enfrenta constantemente riscos, decorrentes de eventuais fragilidades, mas também aponta para novas possibilidades criadas pela ação dos coletivos potencializados pela consolidação da democracia no Brasil. O apoio de políticas públicas, em nível federal (com a criação da SENAES³), tem sido importante para o avanço da agenda da economia solidária no país.

³ A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em consonância com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego, tem o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp. Acesso em: 20/07/2009.

Coloca-se, aqui, um questionamento no que se refere ao modo como entendemos o movimento da ECOSOL no Brasil. Se está em curso o processo de sua institucionalização, se faz parte da política de desenvolvimento do governo federal, trata-se ainda de um movimento social? Acreditamos que sim. Os atores organizados, os apoiadores, os setores da sociedade que acreditam na produção e no consumo consciente, bem como no desenvolvimento local com justiça social, constituem um novo tipo de movimento social, que constrói lentamente uma materialidade diversa e avança na constituição de sua agenda.

Reforçando essa linha de análise do movimento da ECOSOL no Brasil, diz Mendonça dos Santos:

Considerando que, ao expressar um movimento articulado, a práxis dos empreendimentos da economia solidária motiva processos de participação política que vão além do cotidiano do EES, pode-se dizer que há uma ampliação do processo de democratização da base para outras esferas da vida social que dão fôlego para a construção de outro espaço social que questiona a lógica dominante. A adesão dos trabalhadores aos EES consiste na luta destes – sobretudo os trabalhadores pobres – para a subsistência econômica de suas famílias, mas adesão destes trabalhadores ao movimento ocorre por consciência de causa, consciência política adquirida – principalmente – no cotidiano da atividade autogestionária. Os dados do SIES e as prioridades expressas nas bandeiras de luta do movimento refletem as muitas dificuldades que os empreendimentos da economia solidária encontram ao longo de suas histórias, mas estas não obscurecem o elemento político que motiva os trabalhadores aderirem a um compromisso mais amplo e, neste caso, as dificuldades dos EES se convertem nas principais demandas do movimento (Mendonça dos Santos, 2010, p. 198).

Esperamos ainda, inspirados no ideal de uma utopia pragmática (Santos e Meneses, 2009), que o movimento social da economia solidária progrida e torne-se cada vez mais atuante na proposta de uma nova economia e de um mundo mais justo e fraterno.

Referências

- ANTUNES, R. 2005. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. Rio de Janeiro, Boitempo, 136 p.
- CASTEL, R. 1997. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 611 p.
- CATTANI, A.; LAVILLE, J.; GAIGER, L.; HESPANHANA, P. (orgs.). 2009. *Dicionário internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina, 344 p.
- DEDECCA, C.; BALTAR, A. 1997. *Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90*. São Paulo, INICAMP, 228 p.
- DOIMO, A. 1986. *Movimento social urbano, Igreja e participação popular*. Petrópolis, Vozes, 116 p.
- GAIGER, L.I. 2003. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: A.D. CATTANI (org.), *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz, 344 p.162 a 168.
- GOHN, M. da G. 2000. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Loyola, São Paulo, 212 p.
- GORZ, A. 1988. *Métamorphoses du travail, quête du sens: critique de la raison économique*. Paris, Galilée, 248 p.
- KURZ, R. 1997. A origem destrutiva do capitalismo: modernidade econômica encontra suas origens no armamentismo militar. *Folha de S. Paulo*, 30 de mar., p. 3 c.5.
- MÉDA, D. 2005. *Le travail: une valeur en voie de disparition*. Paris, Auto Aubier, 327 p.
- MENDONÇA DOS SANTOS, A. 2010. *O Movimento da Economia Solidária no Brasil e os dilemas da organização popular*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 223 p.
- METELLO, D. 2007. *Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: O caso da Justa Trama – cadeia solidária de algodão agroecológico*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 157 p.
- NARDI, H. 2006. *Ética, trabalho e subjetividade*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 222 p.
- NERI, M.; CAMARGO, J. (orgs.). 2000. Mercado de Trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações – Texto para discussão número 743. Rio de Janeiro, IPEA, 31 p. Disponível em: http://www.fgv.br/ibrcps/artigos/Textos_Discus/Mercado%20de%20Trabalho%20nos%20Anos%2090%20Fatos%20Estilizados%20e%20Interpretacoes.pdf. Acesso em: 19/03/2012.
- PEREIRA, W. 2001. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Petrópolis, Vozes, 336 p.
- PINTO, J.L. 2006. *Economia Solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 196 p.
- OFFE, C. 1989. Trabalho: categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(10):5-20.
- SANTOS, B. de S.; MENESES, M.P. 2009. *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Almedina, 532 p.
- SANTOS, B. de S. 2006. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Cortez, São Paulo, 511 p.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). 2008. *Economia Solidária: mapeamento Rio Grande do Sul*. Brasília, SENAES, 24 p.
- SENETT, R. 2002. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro, Record, 204 p.
- SINGER, P. 2002. *Introdução à economia solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- TITTONI, J. 1994. *Subjetividade e trabalho*. Porto Alegre, Ortiz, 180 p.

- TOURAINÉ, A. 1984. *O retorno do actor*. Lisboa, Instituto Piaget, 232 p.
- TOURAINÉ, A. 2006. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis, Vozes, 261 p.
- VERONESE, M. 2004. *A psicologia na transição paradigmática: um estudo sobre o trabalho na economia solidária*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 221 p.
- VERONESE, M.; ESTEVES, E. 2009. Identidade. In: A. CATTANI; J. LAVILLE; L. GAIGER; P. HESPANHA. (orgs.). *Dicionário internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina, p. 219-223.
- WANDERLEY, L.E. 2004. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: L. BOGUS; M.C. YAZBEK; M. BELFIORE-WANDERLEY (orgs.), *Desigualdade e a questão social*. São Paulo, Educ, p. 51-161.

Envío: 19/07/2011
Acepto: 23/09/2011